A PERDA DOS ERVAIS DOS POVOS DE ÍNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL. ANTECEDENTES[1]

Luiz Carlos Tau Golin[2]

Resumo: O *Caamini* era uma bebida cotidiana dos povos originários da América meridional. Provinha do beneficiamento das folhas e talos da árvore *Caa*, em Guarani, nominada cientificamente *Ilex paraguariensis*, pelo viajante e botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1820. À essa erva eram atribuídas propriedades medicinais e mágicas. A sua produção dependia de indígenas ervateiros, que dominavam o ofício do corte, sapeco, secagem, moagem e acondicionamento, nos ervais nativos existentes em territórios Guarani e Jê, em especial Kaingang, etnia que denomina o hábito de "tomar mate" de *Ko'vu^nh*. O *Mate*, por sua vez, deriva do quéchua para porongo, a cuia de cabaça, recipiente. Popularmente passou a significar a "bebida" e o processo de seu preparo. "Fazer mate"; "tomar mate"; "cevar um mate". Com a conquista ibérica da América, a erva-mate se universalizou como mercadoria. Nesse processo, transformou-se em produto de sustentação das Missões e Povos de Índios. Por consequência, o controle dos ervais se converteu em dramática questão geopolítica e comercial.

Palavras-chave: Ervais indígenas; guerras coloniais, conquista luso-brasileira das Missões.

Summary: *Caamini* was a daily drink of the peoples of South America. It came from the processing of leaves and stalks of the *Caa* tree in Guarani, scientifically named Ilex paraguariensis, by French traveler and botanist Auguste de Saint-Hilaire in 1820. This herb was attributed medicinal and magical properties. Its production depended on indigenous herbalists, who dominated the craft of cutting, sapecoing, drying, grinding and packaging, in native herbs existing in Guarani and Jê territories, especially Kaingang, an ethnicity that denominates the habit of "taking mate" from *Ko'vu^nh*. The *Mate*, in turn, derives from Quechua to Porongo, the gourd bowl, container. Popularly it came to mean the "drink" and the process of its preparation. "Make mate"; "Drink mate"; "Feed a mate". With the Iberian conquest of America, yerba mate became universalized as a commodity. In the process, it became a product of support for the Indian Missions and Peoples. As a result, herbal control has become a dramatic geopolitical and commercial issue.
Keywords: Indigenous Herbs; colonial wars; Portuguese-Brazilian conquest of the Missions.

Panorama do tema

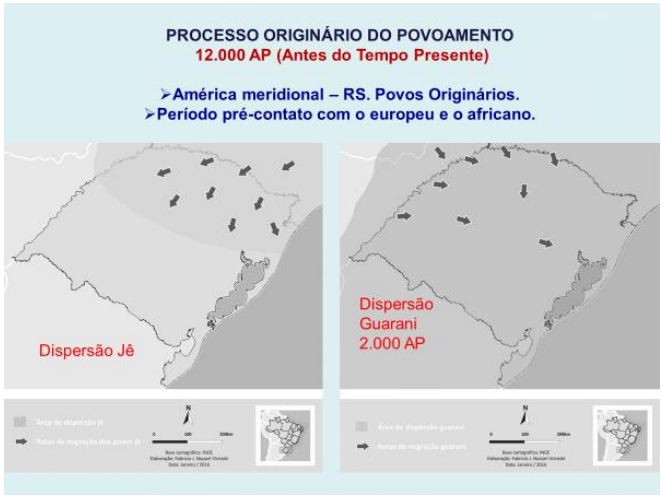
Na dramática história dos Pueblos de Índios das Missões da América meridional, as expropriações dos territórios de seus ervais consubstanciaram um golpe de consequências genocidas. Neste texto tratamos dos antecedentes históricos dos ervais localizados no Norte do atual Rio Grande do Sul durante o século XVIII, circunstanciando o processo que resultou na expropriação final do sistema missioneiro a partir do Tratado de Santo Ildefonso (1777), cujo epílogo se pode datar em 1828, quando as etnias originárias retornam exclusivamente à condição de aldeias ou acampamentos de agricultores, coletores, pescadores, caçadores e ervateiros, alijadas pelo Estado-nação das posses de cidades, estâncias e ervais integrados ao mercado americano e europeu. Inicialmente, essas enormes unidades de produção de erva-mate estavam integradas à Província Jesuítica do Paraguai, as quais abasteciam o Cone Sul e a Europa. Depois da expulsão dos inacianos, em 1767-1768, foram mantidas exclusivamente pelos Povos de Índios, de maioria Guarani e Kaingang.

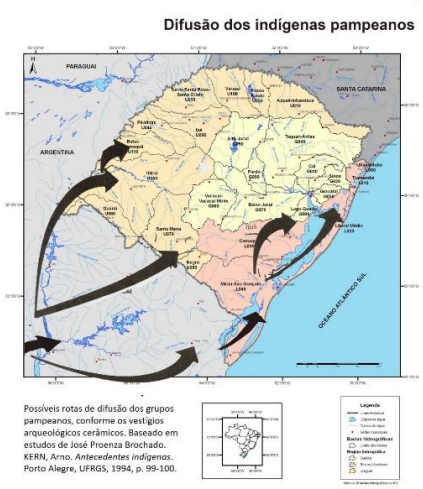
[1] Texto baseado no trabalho do estágio de pós-doutoramento na Universidad de la República, sob a orientação do Dr. José Maria López Mazz, 2018-2019.

[2] Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado) da Universidade de Passo Fundo, RS.

A crise da produção da erva-mate indígena do Alto Jacuí e Alto Uruguai iniciou em 1778, quando chegou no Rio da Prata a notícia do Tratado Preliminar de Paz. O convênio entre as monarquias ibéricas havia sido assinado em San Ildefonso, atual município de Real Sitio de San Ildefonso, na província espanhola de Segóvia, distante 70 km a norte-noroeste de Madri, em 1º de outubro de 1777. Os trabalhos demarcatórios aconteceram tardiamente, entre 1784 e 1788, ficando os ervais, lavouras, estâncias e vacarias dos indígenas condicionadas à decisão posterior das chancelarias europeias, porque os comissários mantiveram divergências irreconciliáveis em campo quanto aos limites entre os dois reinos. Em que pese as referências geográficas da linha divisória, o convênio misturava concepções topográficas, exclusividades hidrográficas, e a manutenção de benfeitorias, o que permitiam interpretações a partir de paradigmas diferentes para um mesmo território.

Por essa razão, diversos setores sem decisões conciliatórias entre comissários ficaram condicionados à novas conferências diplomáticas a serem realizadas futuramente na Europa. Dentre elas, as fronteiras do Alto Jacuí e do Alto Uruguai, onde se encontrava o sistema de produção de erva-mate, mantido por aldeias de ervateiros.



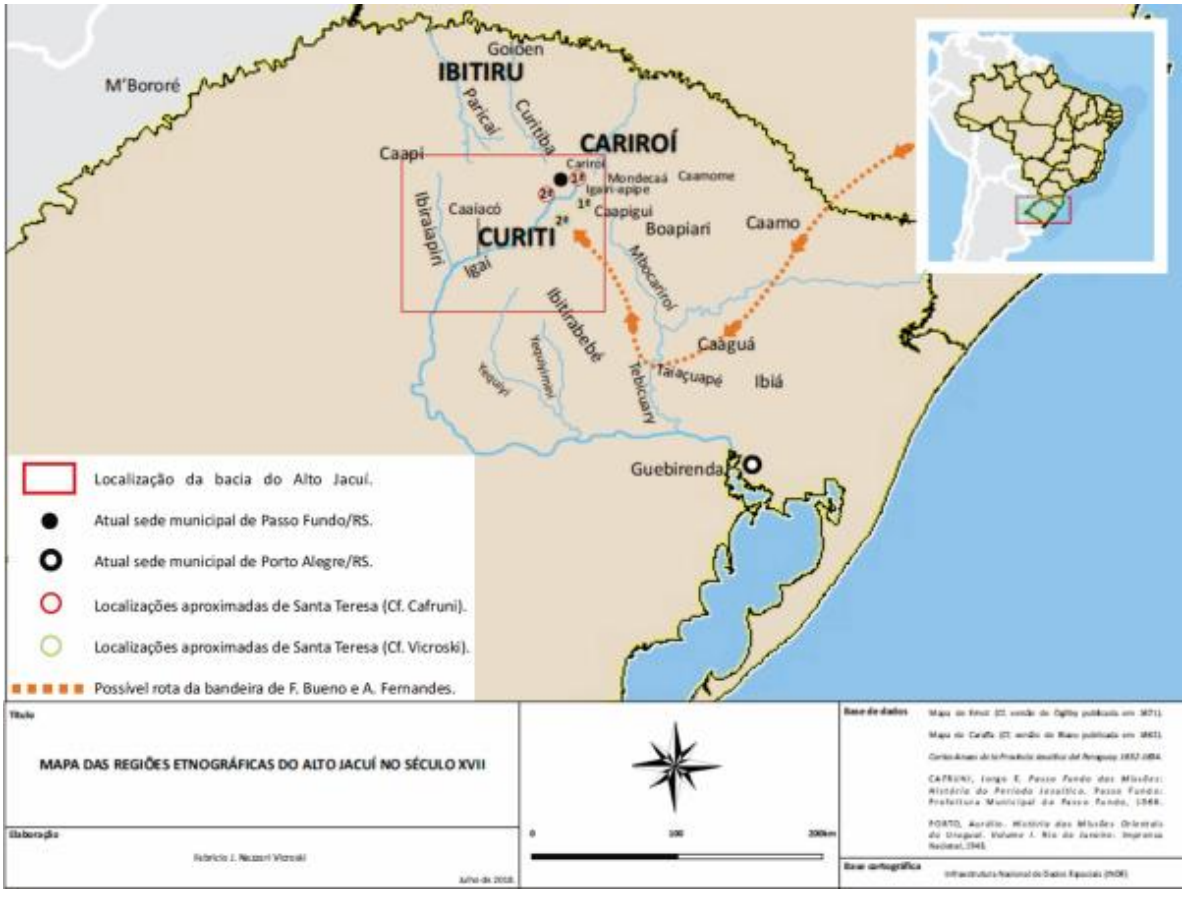


Antecedentes: a conquista luso-brasileira do Sul

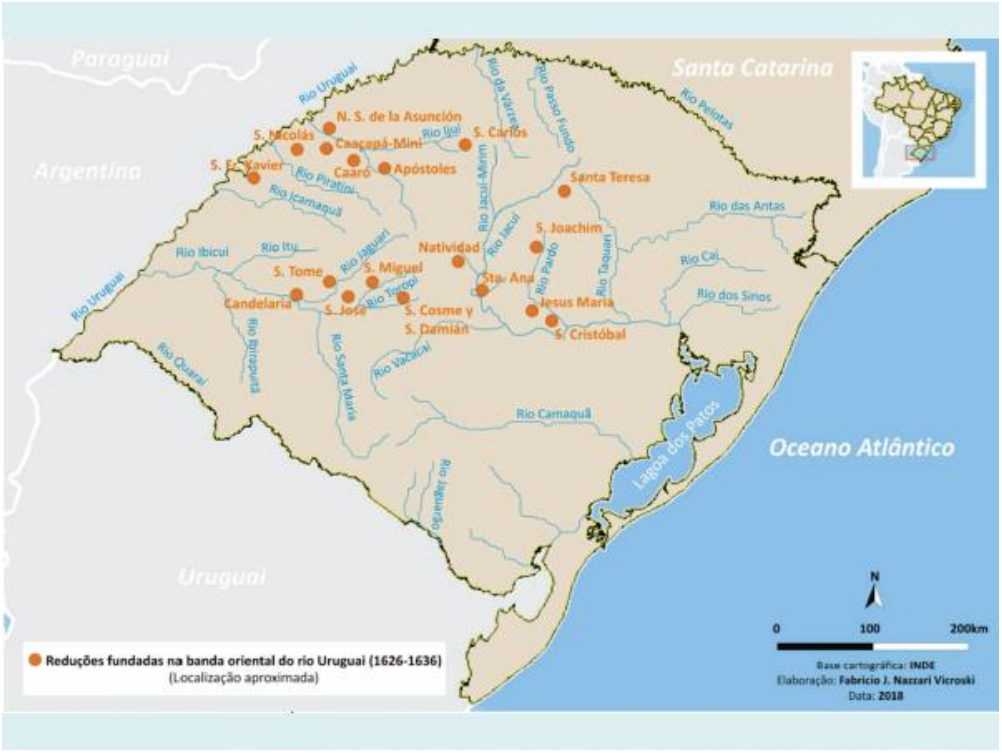
A perda definitiva dos territórios dos povos originários no Brasil meridional está vinculada a estratégia de conquista luso-brasileira. Sob a proteção do Estado Colonial português, de 1737 a 1808, avançou sobre os territórios declarados pela Espanha como seus nas bacias do Jacuí, Uruguai, Paraná e Paraguai. Em 71 anos, borrou em seu último processo o Tratado de Tordesilhas. Saiu das posses relativas de Laguna e conquistou até o Chuí, uma extensão de

aproximadamente 580 km. Ocupado o litoral e com o acesso às bacias hidrográficas, a expansão para o Oeste avançou mais 860 km. Nesse processo conectado à conquista sulina, ocupou as atuais fronteiras do Chuí, lagoa Mirim, rio Jaguarão, cabeceiras do rio Negro, fronteira seca, rios Quaraí, Uruguai, Peperi-Guaçu; entrou na bacia do Paraná pelos rios Santo Antônio e Iguaçu.

As tentativas de ampliação das fronteiras luso-brasileiras sulinas iniciaram concretamente na década de 1630, com as bandeiras escravizadoras de indígenas, principalmente destinados ao Sudeste e ao nordeste brasileiros. Para que essas entradas fossem viáveis, os bandeirantes estabeleceram postos de sustentação pelos caminhos, no geral nas próprias aldeias dos povos, onde garantiam provimentos e organizavam as paradas. Nos lugares mais estratégicos edificaram feitorias, garantidas por paliçadas. Nelas concentravam os cativos para, depois, conduzi-los a São Paulo. Dezoito reduções missioneiras das bacias do Jacuí e do Uruguai foram destruídas rapidamente. No entanto, o sistema de enclaves de feitorias foi abalado em 1641 pela Batalha de Mbororé, rio afluente da margem direita do Uruguai, quando os bandeirantes foram derrotados pelos missioneiros em combates navais e por terra, além dos sobreviventes serem duramente castigados pelos Guarani e Kaingang das aldeias tradicionais.



Conseguiram sustentar-se por mais algum tempo em feitorias como a de Santa Tereza, construída sobre a redução de mesmo nome no Alto Jacuí. Ali subsistiram por mais de três décadas, com implicações antropológicas fundantes e consequências futuras importantes para a geopolítica luso-brasileira. A longa permanência do contingente humano das bandeiras, formados por brancos, mamelucos, cafuzos, índios Tupis, equalizou denso processo de mestiçagem. Os componentes dessas entradas tiveram filhos com mulheres Guarani, Kaingang, Xokleng, Minuano, Charrua etc. Particularmente na Serra e Planalto surgiu um novo tipo de contingente humano. Com o passar do tempo, o que ficou no vasto território sulino foi seres do entrelugar dos demais, diferentes, mas ao mesmo tempo aparentados, e com modo de vida similar. A matriz genética indígena implicou em novo gentílico. A ele se deu também uma nominação que expressava aquele surpreendente fenômeno histórico e antropológico. Dessa forma surgiu o *caboclo* como o primeiro gentílico sulino no processo de ocupação colonial. Não sendo índio, branco, negro, mestiço e, também, sendo todos, em algum aspecto, conformou o povo não litorâneo, o ente do sertão e dos campos serranos.[3]



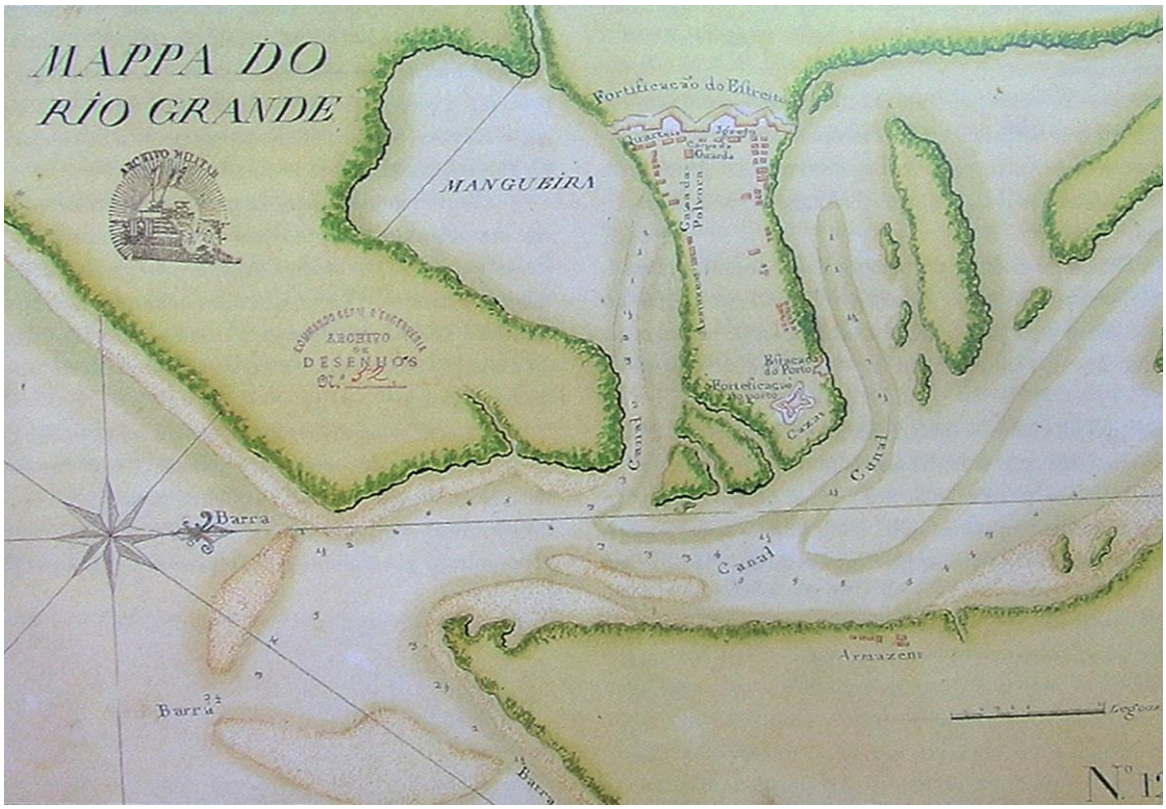
[3] Como posseiro, o caboclo foi duramente alijado de direitos no Brasil. Sobre suas terras, consideradas devolutas pelo Estado-nação, foram ampliadas as propriedades privadas, nas formas de concessão, venda particular ou sistema de lotes destinados aos imigrantes europeus. A Constituição de 1988, importante no reconhecimento de direitos indígenas e quilombolas, não protegeu as comunidades caboclas. As políticas inclusivas adotaram o princípio da "etnia". Por consequência, os caboclos, na condição de mestiços, não são "enquadrados" na lei, mesmo tendo aparecido como gentílico e assumido uma forma particular de posseiro em pequenas glebas desde o século XVII.

Por óbvio, Portugal não tinha como sustentar a ocupação do sul pelo sistema de feitorias bandeirantes. A derrota de Mbororé, em 1641, demonstrara o limite geopolítico do processo.

Faltava-lhe dois elementos imprescindível para a conquista: a presença do Estado e um contingente humano com alguma ideia de pertencimento luso-brasileiro. O caboclo, sentia-se mais índio que brasileiro. Nele, a nacionalidade aflorou como identidade quando a oligarquia e o imigrante o distinguiram como "o local", o ente da terra e, de alguma forma, parte natural da barbárie. Na mesma condição do indígena, a "distinção" nominativa veio de fora, dos seus expropriadores, dos que privatizaram campos e florestas, expulsando-os das matas nativas de erva-mate, que herdaram de seus antepassados, das lavouras de subsistência, da proibição da coleta, potreiros para a criação etc.

Portanto, o Estado necessitava também criar um povo...

A primeira iniciativa geopolítica foi a fundação do enclave de Rio Grande, com a presença da burocracia e da fortificação militar.[4]



Mappa do Rio Grande. Lisboa: *Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar*.

Estabelecido o enclave de Rio Grande, em 1737, o brigadeiro Silva Pais iniciou a

[4] Ver GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, vol.1, pp. 47-49

construção de uma muralha na base da península, a que deu o nome de "Fortificação do Estreito". Junto a margem do Canal do Rio Grande, ordenou a edificação de uma fortaleza, com quatro baluartes. Em 1776, após a Guerra da Reconquista, as autoridades portuguesas pensaram em reconstrui-la novamente, mas acabaram abandonando o projeto.

Tratado de Madri: tensões no Oeste missioneiro

Até 1750, apesar de assegurar a presença portuguesa litorânea do arroio Chuí para o norte, desenvolvendo empreendimentos estatais, como a criação de gado nas estâncias reiunas, instituir registros para cobranças de taxas, alimentar um comércio não desprezível de farinha de mandioca, sal, couro e charque, estagnara como empório receptador de roubos nas terras missioneiras, notadamente de gados, tecidos e meninas. Por essa razão, os castelhanos davam a Rio Grande a alcunha de "covil de ladrões". Nesse processo, o domínio do Rio Grande também contribuiu para o surgimento de um outro tipo social, inicialmente chamado de gaudério[5] e, depois, gaúcho[6]. Para os índios das Missões, os "ladrões de campo", os saqueadores e sequestradores de mulheres e meninas. Com um enclave oficialmente receptador, eles possuíam o lugar protegido para seus produtos após disseminar a barbárie, com suas singularidades de assassinatos, estupros, banditismos, incêndios, e todo tipo de maldades em suas vítimas indígenas.

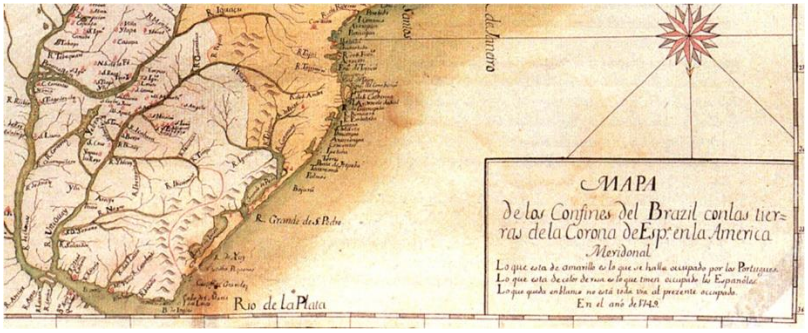
Com o controle do litoral, o Tratado de Madri (1750) sinalizou com a ampliação das conquistas no Sul. As notícias europeias sobre a fixação de limites entre os reinos na conturbada fronteira da América meridional chegaram ao Brasil animando ainda mais as ambições por gados, agora com a possibilidade de sair do litoral e tomar o sertão, as pampas, as Missões, o espaço de milhões de cabeças de gados e os lugares onde se produzia a erva-mate, um produto de colocação nos mercados americanos e europeus. O que interessava para os conquistadores, afora a complexidade mundial do convênio, era que os reis de Portugal e Espanha (sogro e genro)

[5] Historicamente, os jesuítas identificavam os paulistas que iam roubar nas Missões a partir do nominativo bíblico de "gáudio", isto é, "vadio"; aqueles que viviam na "vadiagem", roubando, assaltando, invadindo as propriedades dos outros. O padre Henis, em seu diário da Guerra Guaranítica (1754-1756), denomina como "gaudérios" os vadios, ladrões de campo, bandidos, predominantemente de origem paulista. HENIS, Tadeo. Efemerides de la Guerra de los Guaranies, desde el año de 1754, ó Diario de la Guerra de Paraguay. In: ECHAVARRY, Bernardo Ibañez de. *Coleccion General de Documentos, tocantes a la terceira época de las commociones de los Regulares de la Compañia em el Paraguay*. Madri: Imprenta Real de la Gazeta, M.DCC.LXX, tomo 4.

[6] O termo gaúcho sucede progressivamente o gaudério a partir da segunda metade do século XVIII. O termo vai se inserindo no processo de escrituração da conquista dos campos como propriedade privada. O agrimensor introduziu o termo na caracterização do terreno indicando o "declive", aquilo que estava abaixo do nível, que era torto. Ou seja, a sociedade oficial achava que "tinha nível civilizatório", e os desclassificados, ladrões e saqueadores de campo, pertenciam ao "desnível", eram tortos, não direitos, "gauchos". ASSUNÇÃO, Fernando O. *El gaucho*. Montevideo: Extension Universitaria, 1978, 2v.

haviam acertado a troca do enclave lusitano da Colônia do Sacramento por sete dos trinta povos da Província Jesuítica do Paraguai, justamente os que ficavam a oriente do rio Uruguai. Sem aguardar as demarcações, a gauderiada se lançou sobre os rebanhos, invadindo os campos, roubando os povoados e sedes das estâncias, em constantes refregas com as milícias missioneiras.

Entretanto, nenhum administrador que se presasse acreditaria que aquela gente pudesse constituir o contingente de povoadores identificados com sentimentos patrióticos portugueses. Por isso, em conjunto com o tratado, a Corte lisboeta intensificou a transferência de europeus, notadamente casais açorianos, para a América. Um grande contingente deles deveria colonizar o território missioneiro a ser recebido, destinando a cada família um módulo de "data" de campo (272 hectares).



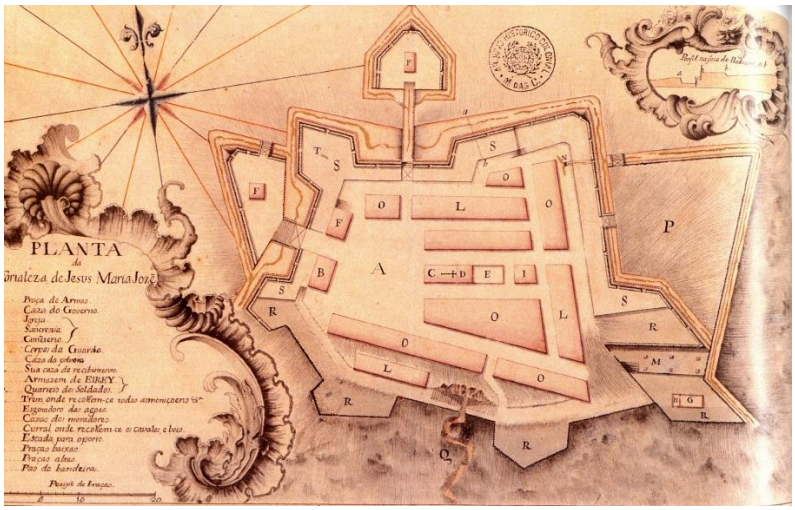
Detalhe da fronteira no *Mapa das Cortes*, de 1749, adotado como ilustrativo do Tratado de Madri, de 1750. (Linha vermelha) Limites definidos desde Castillos Grande, entre nascentes da Coxilha Grande, cabeceiras do rio Negro, linha seca, leitos do Ibicuí, Uruguai e Peperi Guaçu. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

Na América, os portugueses tinham a notável habilidade de obter vantagens mesmo quando as políticas de Estado fracassavam. Era no processo que eles consagravam o dom da ocupação. Foi o que aconteceu durante a vigência do Tratado de Madri, entre 1750 a 1761. Os demarcadores iniciaram os trabalhos limítrofes em 1752. Os caciques rebeldes e membros dos cabildos missioneiros se rebelaram em 1753, proibindo as suas entradas nas Missões; foram à guerra em 1754, no fenômeno que ficou conhecido mundialmente como Guerra Guaranítica. No impasse da execução do primeiro plano de guerra, em que os exércitos ibéricos operavam separadamente, o general Gomes Freire de Andrada, comissário demarcador e governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, assinou um tratado paralelo com os cabildos missioneiros, estabelecendo o Baixo Jacuí como fronteira com Portugal. O Povo de São Luiz perdia uma das suas grandes estâncias, situada no território do rio Pardo e a setentrional do Jacuí.

Em 1756, as milícias indígenas foram derrotadas. Com a ocupação das Missões, os portugueses se estabeleceram no Povo de Santo Ângelo. E na retirada para Rio Pardo, em 1757, para aguardar os castelhanos retirarem os indígenas e depois Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, entregar o território destinado aos açorianos e outros povoadores, Andrada conseguiu uma aliança com muitos caciques e provocou um êxodo missioneiro de mais de três mil pessoas, com as quais fundou diversas aldeias, dando origem a algumas cidades na margem esquerda do Jacuí e nas costas do Guaíba e da lagoa dos Patos.

Logo, o enclave de Rio Pardo se converteu em outro polo de ocupação lusitana, com forte, guarnição militar, funcionários para cobrar as taxas etc. De imediato, para essa margem setentrional do Jacuí começaram a transferir muitos casais de açorianos, ainda sem possibilidade de chegar às Missões. Em 1761, o tratado de Madri foi revogado pelo do Pardo, em uma conjuntura da Guerra dos Sete Anos, em que os reinos ibéricos ficaram novamente divididos por Portugal se negar a integrar o Pacto de Família, chancelado pelos Bourbon. Entretanto, nos nove anos em que os demarcadores a serviço de Portugal transitaram pelo território aproveitaram para elaborar minuciosa coleção cartográfica, detalhando a topografia entre o Atlântico e o rio Uruguai. De imediato, Cevallos abandonou o tratamento diplomático e passou a se referir a Rio Pardo como o mais pavoroso covil de ladrões, plataforma para o saque às estâncias e povoados missioneiros. Daquele enclave edificado na confluência do rio homônimo e o Jacuí, desprendiam-se aquela "laia de paulistas" para arrear gado missioneiro, matar os índios e destruir suas capelas. Operando desde Rio Pardo e Rio Grande, na década seguinte, os portugueses já tinham suas estâncias em pleno território espanhol-indígena, ocupando áreas da margem ocidental do atual Guaíba e da lagoa dos Patos. Os protagonistas da intrusão eram os militares, os charqueadores, os funcionários da Coroa lusitana ou aparentados, os paulistas e açorianos.

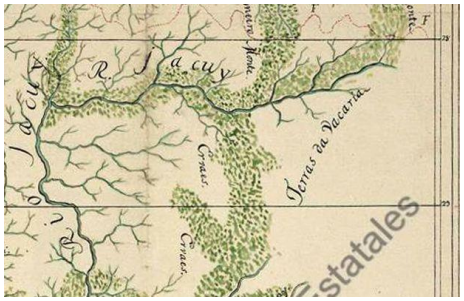
1755
FORTALEZA DE RIO PARDO



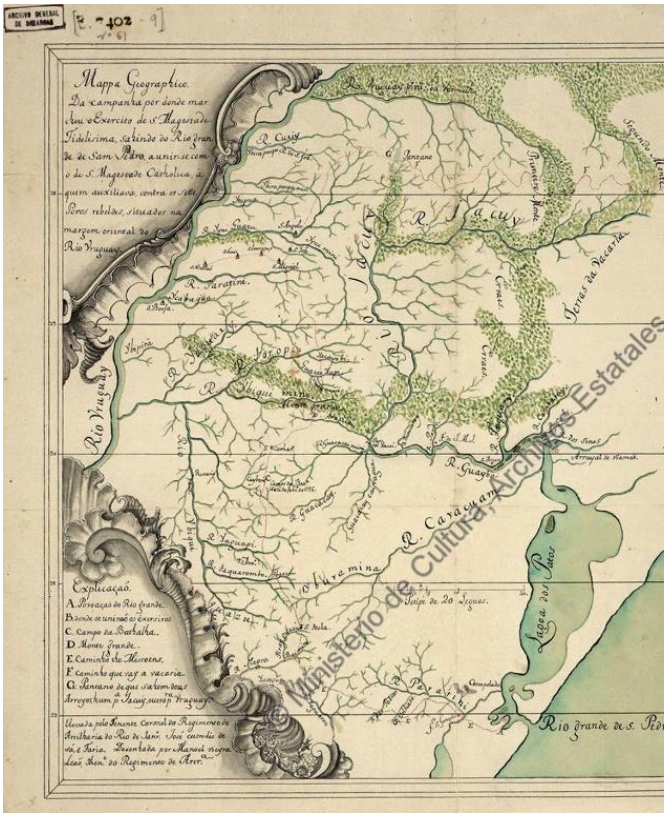
Planta da Fortaleza de Jesus Maria Jozé. Desenho de Manuel Vieira Leão. Projeto do coronel José Alpoim. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Rio Grande do Sul, 1237. Este trabalho corresponde à reconstrução do baluarte, depois que um incêndio o danificou completamente em 1754.

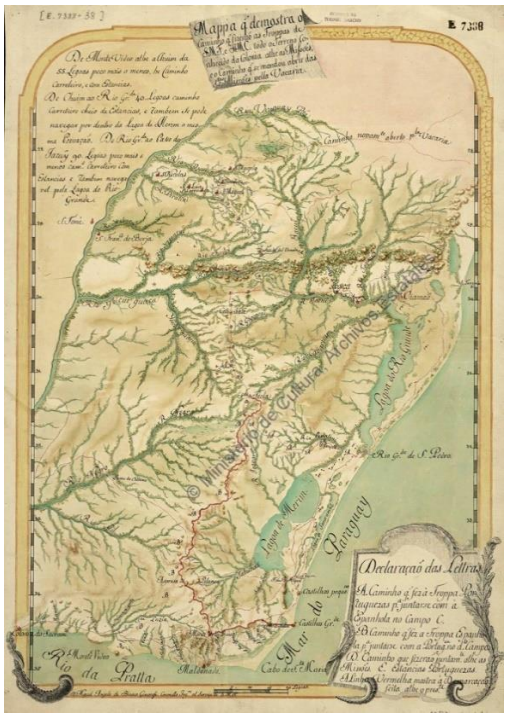
Vendo a vastidão dos campos, as histórias de facilidade da rapina e do enriquecimento fácil na fronteira, os açorianos ou seus filhos passavam a considerar como insuficiente o módulo rural da "data". Destinado à produção interna de alimentos ou manufaturas, além de formar uma população geopoliticamente confiável, gauderiava-se. Ou buscava as sesmarias dos espaços largos e da criação de gados.

A brutalidade sobre o indígena acrescia outros algozes, o militar e o açoriano.



ERVAIS NA CARTOGRAFIA DA GUERRA
Mappa Geographico. Da campanha por donde marchou o Exercito de S. Magestade Fidelisima, sahindo do Rio Grande de Sam Pedro a unir-se com o de S. Magestade Catholica, a quem auxiliava contra os Sette Povos rebeldes situados na margem oriental do Rio Yruguay. 1758. José Custódio de Sá e Faria. Desenho de Manoel Vieyra Leão. Archivo General de Simancas.





DETALHES DOS CAMINHOS MISSIONEIROS PARA OS ERVAIS E À VACARIA
Caminho principal para os ervais entre as latitudes 28º e 29º S, entre nascentes do Alto e Baixo Jacuí.

Mappa q. demostra o Caminho q. fizeraõ as Troppas de S.M.F., e S.M.C. todo o Terreno Conhecido da Colonia athe as Missões, e o Caminho q. se mandou abrir das d.tas Missões pela Vacaria. 1757. Miguel Ângelo de Blasco. Archivo General de Simancas.

Guarnições, aventureiros e povoadores: inimigos dos indígenas

Formava-se o sistema de povoamento eficiente através do militar da guarnição, do miliciano-aventureiro recrutado para as guerras (parte significativa permanecendo como povoador), e a transposição súdita oceânica com suposto sentimento de pertencimento lusitano. Nele, quem realizava de fato a ambição estatal era o povoador através da destruição da forma de ocupação milenar do território, representada pelos povos originários. O povoador-colonizador era quem realizava na prática a expropriação, quem criava inúmeras operações práticas contra os direitos originários, quem desqualificava modos de vida de solidariedade coletiva, quem associava similarmente à natureza seres possuidores de história, quem lhes reduzia a humanidade para justificar os crimes que cometiam.

Essa intrusão foi acompanhada pela vereda do Caminho das Missões nas regiões dos atuais municípios de Vacaria (RS) e Lajes (SC), itinerário dos povoadores espontâneos que pretendiam chegar às Missões durante a vigência do Tratado de Madri (1750). De cepa paulista, eram classificados como perigosíssimos bandidos, ladrões e assassinos, com inúmeras incursões nas estâncias e capelas indígenas dos Guarani e Kaingang do Alto Jacuí. Com o gado missioneiro estabeleceram suas fazendas como pioneiros destas localidades. Como grileiros apossaram-se dos territórios dos povos originários.

O processo de expropriação indígena não findou nem no interregno de 1763-1767, quando parecia haver uma reação espanhola contra os portugueses, através da reocupação militar até a

margem esquerda do Canal de Rio Grande e o estabelecimento de guardas auxiliares aos postos indígenas missioneiros de fronteira, as quais tentavam assegurar as fronteiras do rio Jacuí, pelo nordeste; de Santa Tecla, pelo Sudoeste; e diversas volantes pelo leste, pela Serra dos Tapes e costa da lagoa Mirim.

Em 1767, todavia, os luso-brasileiros, retomaram eficiente resistência, reconquistando novamente até a margem setentrional do Canal do Rio Grande e a sua Guarda do Norte (atual município de São José do Norte). Associada às forças concentradas no Sul, pelo Oeste, desde Rio Pardo, uma penetração significativa passou a ocorrer, transpondo para a margem direita, no território espanhol-missioneiro, intensificada com o aquartelamento dos aventureiros paulistas e mineiros, transferidos de suas províncias para socorrer o Continente do Rio Grande de São Pedro. O governador de Buenos Aires, Vertiz e Salcedo tentou expulsá-los em 1772-73, mas sua expedição foi derrotada pela natureza e pelos cavalos, além dos ataques e emboscadas dos bandos rio-grandenses. Por fim, Portugal declarou guerra à Espanha na América, em 1774.

Venceu em 1776, expulsando os castelhanos e reestabelecendo a fronteira novamente no Chuí. A retaliação de Madri foi violentíssima. Uma expedição zarpou da Europa com mais de 120 embarcações. Associada com tropas platinas ocupou a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento. E quando nova expedição de terra e mar se formava para expulsar os luso-brasileiros do Rio Grande, projetando uma muralha de contenção inimiga na região de Torres e do rio Mampituba, chegou à América o aviso para suspensão de armas. No processo de enormes perdas, a diplomacia portuguesa conseguiu novas negociações para a paz mediante um novo tratado de limites em todas fronteiras entre os reinos ibéricos. Aceito pela Espanha, foi assinado em 1º de outubro de 1777.

Portugal obteve a restituição da Ilha de Santa Catarina no ano seguinte, perdeu a Colônia do Sacramente e, depois, entrou em diversas simulações para postergar a demarcação. Somente sete anos depois de assinado, as duas comissões demarcadoras nomeadas pelas Cortes se encontraram no Chuí para iniciar os trabalhos que se estenderam até o final da década e, depois, com diversos itens contestados pelas comissões, jamais foram decididos e chancelados pelos dois governos.

Assim que a notícia dos novos limites determinados pelo Tratado de Santo Ildefonso chegou a América, o movimento de intrusão portuguesa não esperou a troca formal de territórios. Lançando-se em uma progressiva ocupação pelas posses das terras do rio Jacuí, Rio Guaíba, lagoa dos Patos e Canal do São Gonçalo (Sangradouro da Mirim) até as vertentes do rio Negro, além dos afluentes do Ibicuí, Ijuí e outros territórios no Alto Uruguai. Bárbara intrusão!

Arrasavam as estâncias de famílias extensas indígenas, já com certa autonomia do processo missioneiro. Roubavam, matavam, estupravam, raptavam mulheres e meninas.

Não havia clemência nem futuro para os estancieiros e criadores indígenas diante da devassidão da oligarquia em formação, dos futuros proprietários sob proteção de Portugal. De 1784 a 1801, o astrônomo José de Saldanha, um dos demarcadores portugueses, passou e ficou acampado em muitas sedes de estâncias indígenas, povoados com capelas e guardas. Repete-se em seu diário e anotações de campo a frase "destruído pelos gaúchos – ladrões de campo".

Povos originários e Estado-nação

O Estado Colonial, de alguma forma, previa um lugar relativo e tutelado para o índio. Especialmente as alianças com povos originários implicavam de alguma forma na geopolítica. A baixa demografia ibérica para ocupar os territórios coloniais dependiam de uma certa inclusão. Por sua vez, sob jurisdição espanhola, durante dois séculos, os Pueblos Índios das Missões tiveram, mesmo com os conflitos antagonizados pelos povoadores, a ocupação e garantia de seus territórios. Os Charrua e Minuano foram disputados nessa fricção ibérica colonial. E só na fase nacional se converteram em problema para a oligarquia latifundiária e especuladores de terras. Os luso-brasileiros, depois da barbárie dos bandeirantes, unicamente interessados na caça do indígena para transformá-lo em escravo, apostaram na política de miscigenação, na formação de vilas e estâncias, em alianças com caciques Guarani missioneiros, retirados das Missões, em especial das famílias extensas que dominavam Santo Ângelo, depois da Guerra Guaranítica, em 1757.

As independências americanas foram realizadas pelas novas elites. Em um primeiro momento, a luta ocorreu contra as metrópoles europeias. Depois, para privatizar o espaço, contra os povos indígenas. A imaginação do "nacional" profetizada pelos novos Estados foi a tragédia dos povos originários. O "nacional" representa a ideia abstrata que inventa o habitante padrão do país. Ele deve possuir uma forma unificada e, inclusive, um corpo referenciado; semióforos de "como deve ser, de como deve pensar e se pertencer" conduzem os habitantes a partir do Estado.

Todavia, como existe uma impossibilidade histórica e cotidiana dessa padronização, pois ela nega a historicidade, a memória e a cultura, com seus hábitos e costumes, a disputa de poder estabeleceu uma hierarquia do "mais para o menos nacional". Invariavelmente, nesta régua simplória se adiciona em sua mistura a espacialidade e a "raça". Os países nacionais americanos se inventaram no paradigma europeu e norte-americano, sem lugar para o índio em sua historicidade e formação antropológica; ao negro, em sua africanidade; ao mestiço, "sem pureza racial conforme o padrão europeu". Na visão da elite, pelo futuro do Brasil se devia investir na

elevação do índice de branqueamento da população, em uma sociedade baseada exclusivamente na propriedade privada e no comércio da força de trabalho. Por essa razão, a imigração europeia, além do interesse econômico, serviu de laboratório "racial" para a imaginação do devir do povo desejado, levando à manutenção de um país com fraturas sociais incicatrizáveis, incapaz de formar uma comunidade de destino, mesmo que com alguns abrandamentos mínimos das diferenças e dos ódios.

Esse sentido sucedâneo do Brasil tem o seu cotidiano mais perverso nos universos indígenas e quilombolas, infestando todos os meandros da vida nacional pelo racismo, alcançando, no todo, índios, negros e mestiços. Agrava-se ainda mais pelas questões de gênero, intolerável para o patriarcado perverso e sua associação com o fundamentalismo religioso.

Sobre o índio, o processo foi ainda mais violento, pois no Estadão-nação não havia lugar para o seu modo de vida, e o pior: o reconhecimento que constituíam "nações". Ao cabo, as centenas de nações indígenas foram reduzidas ao classificativo pejorativo de "índio", rebaixado ainda mais no termo "bugre"; o pária, pretensamente mais selvagem, estritamente um ser da natureza e sua irracionalidade supostamente grotesca, mesmo que as suas experiências históricas vigorassem como desejos de conquistas daqueles que eram emulados, no início, pelo Estado Colonial; e, depois, como política oficial das nacionalidades. No Sul do Brasil, as Missões era a Califórnia dos intrusos. Suas cidades, suas estâncias, seus ervais... Algo tão atrativo que até nossos dias os aventureiros a procura de tesouros, na busca do "ouro dos jesuítas", vêm destruindo gradativamente o patrimônio sobrevivente daquele tempo.

Os imigrantes das frentes pioneiras foram a última e permanente desgraça dos povos indígenas. No Brasil meridional mantiveram o último *front* do Estado e do interesse particular contra os povos Guarani, Kaingang, Xokleng, Minuano, Charrua (e caboclos). Independente da condição de classe ou motivo deste novo povoador, o que os unificava era a esperança de nova vida e o imaginário de grandeza emulado em suas realidades miseráveis. Entretanto, no discurso produzido pelo Estado e pelas igrejas Luterana e Católica, o imigrante foi convencido que representava a projeção de uma cruzada civilizatória.

Era o momento de redenção em suas vidas. Descendentes de servos, camponeses explorados desde sempre, massas formadoras do lúmpen, que, a serviço dos líderes carismáticos, barbarizavam a Europa, agora poderiam construir um novo mundo na América, levar a cristandade para terras infiéis. E assim foram investidos da representação da "civilização" para impô-la ao indígena somente como fé, jamais na dimensão de uma sociedade comum. De certa forma, os indígenas do território considerado agora brasileiro sequer receberam de seus algozes a classificação de "infiel", pois isso iria pressupor que tinham uma outra religião. "Selvagem",

"bárbaros", "bugres" se prestava mais ao interesse de transformá-los em "chusmas selváticas", dogmaticamente retirando deles qualquer possibilidade de possuírem até mesmo uma "alma".

Esse processo se radicalizou durante a República. A imigração, ainda sem perder o imaginário "civilizador" contra o indígena, adquiriu a inflexão de "existência em si". O colono, na relação com o Estado e com as companhias particulares colonizadoras, agarrou-se à terra como modo de vida, como padrão de produção, como axioma de trabalho. Ao mesmo tempo que a terra dava um lugar regional, a sociedade em formação impunha uma gradação social amaldiçoada pelo produtivismo.

Nessa hierarquia, o imigrante europeu foi fixado na superioridade da escala, acima do habitante originário. Uma perversão que passou a controlar o estigma do brasileiro como "não europeu". O racismo amaldiçoou a condição de índio, mameluco, cafuzo, mestiço etc., mas também sustentou uma classificação hierárquica dos imigrantes numa gradação de diferentes nas especificidades de "alemães", "italianos", "polacos", "judeus" etc. O que os unificava era a oposição contra o "brasileiro" e como artífices do processo de negação de direitos, e mesmo à vida, aos povos indígenas.

Não é por acaso que, contemporaneamente, os descendentes desses imigrantes, enriquecidos ou ainda miseráveis, realimentam o espectro de negação existencial aos povos originários. Não é difícil encontrá-los. Quando com poder de Estado, criam ações concretas de etnocídio, associadas ao banditismo nos territórios ancestrais dos sobreviventes Guarani, Kaingang e Xokleng.

Atualmente, a partir de 2019, a barbárie de Estado se oficializou no governo de Jair Bolsonaro. A Funai, fundação criada para cuidar dos interesses indígenas, dentre eles a coordenação dos reconhecimentos dos seus territórios, perdeu essa condição. Um decreto presidencial a transferiu inicialmente para o Ministério da Agricultura, sucateada em sua operacionalidade, impossibilitada material e financeiramente de executar a sua missão. Para suas chefias foram nomeados em cargos temporários e funcionários duvidosamente empenhados em realizar as tarefas previstas para a Fundação.

Lotada na pasta do agronegócio, deu o controle da operação aos agentes que sempre militaram contra os interesses indígenas, em especial negando-lhes as terras ancestrais. Bolsonaro adotou claramente políticas genocidas contra os indígenas. Em maio de 2019, a Câmara dos Deputados rejeitou a troca de jurisdição da Funai, posicionando-se pelo seu retorno ao Ministério da Justiça. De qualquer forma, o governo neofascista de Bolsonaro não pretende cumprir as prerrogativas da Constituição de 1988. Defende abertamente a retirada de terras dos

povos, elogiando o "produtivismo" do agronegócio, do desmatamento para abrir áreas à criação de gados, e da mineração.

Esse longo processo de etnocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários no atual estado do Rio Grande do Sul sempre tiveram a sua centralidade na posse e uso da terra. A territorialidade faz parte do modo de vida indígena, sustenta a sua memória e abriga os sonhos de futuro.

A expropriação territorial indígena e missioneira em seu processo derradeiro foi desencadeada pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) e na guerra da conquista até o rio Uruguai (1801), temas de um próximo artigo.

Fontes

ASSUNÇÃO, Fernando O. *El gaucho*. Montevideo: Extension Universitaria, 1978, 2v.

BLASCO, M.A. *Mappa q. demostra o Caminho q. fizeraõ as Troppas de S.M.F., e S.M.C. todo o Terreno Conhecido da Colonia athe as Missões, e o Caminho q. se mandou abrir das d.tas Missões pela Vacaria***.** 1757. Archivo General de Simancas.

BLASCO, M.A. *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q. fizeraõ as duas Armadas de S.Mag.de Fidell.ma, e Cattolica*.1758**.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

CARDIEL, J. *Mapa de la Governacion de Paraguay, y de la de Buenos Ayres,* con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752. Ponense tambien las tierras que tocan a Portugal segun la Linea del Papa Alexandro VI en que antiguamente se ajustaron las dos coronas. José Cardiel, S.J., 1752. Archivo General de Simancas.

FARIA, J.C.S. Desenho de Manoel Vieyra Leão. *Mappa Geographico. Da campanha por donde marchou o Exercito de S. Magestade Fidelisima, sahindo do Rio Grande de Sam Pedro a unir-se com o de S. Magestade Catholica, a quem auxiliava contra os Sette Povos rebeldes situados na margem oriental do Rio Yruguay.* 1758. Archivo General de Simancas.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, vol.1.

GOLIN, T. *A Fronteira*: 1763 - 1778 - história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional. Passo Fundo: Méritos, 2015, v.3.

HENIS, Tadeo. Efemerides de la Guerra de los Guaranies, desde el año de 1754, ó Diario de la Guerra de Paraguay. In: ECHAVARRY, Bernardo Ibañez de. *Coleccion General de Documentos, tocantes a la terceira época de las commociones de los Regulares de la Compañia em el Paraguay*. Madri: Imprenta Real de la Gazeta, M.DCC.LXX, tomo 4.

KERN, Arno. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Ufrgs, 1994.

Mapa das Cortes. 1749. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

Mapa de la Governacion de Paraguay, y de la de Buenos Ayres, con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las dos coronas año de 1750; cuya posesion se pretende tomar este año de 1752. Ponense tambien las tierras que tocan a Portugal segun la Linea del Papa Alexandro VI en que antiguamente se ajustaron las dos coronas. José Cardiel, S.J., 1752. Archivo General de Simancas

VICROSKI, Fabricio José Nazzari. *Índios, jesuítas e bandeirantes no Alto Jacuí*. Implicações históricas e geopolíticas da redução de *Santa Teresa del Curiti.* Tese, 2018. Passo Fundo: Programa de Pós-Graduação em História. UPF.